

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos (Ipatinga)

DATA: 07/10/2003 **HORA:** 15 horas **FOLHAS:** 01 a 58

PRESIDENTE: Deputado Durval Ângelo

PARTICIPANTES: Deputado Roberto Ramos
Deputada Cecília Ferramenta
Deputado Roberto Carvalho
Deputado Chico Simões

CONVIDADOS: Vereadora Lene Teixeira
Márcia Maria de Paiva Borges Martini
Geraldo dos Reis Ribeiro
Deusdete Serrinha
José Horta
José Elias dos Santos
Maria da Conceição Gomes
Padre Abdala
Deputado Federal Ivo José
João Pereira da Silva
Rossi do Nascimento Filho
Cláudia Braun
Édson

OBS.: Como não foi feita a roteirização da reunião, eventuais falhas na identificação dos oradores poderão ocorrer.
Notas taquigráficas sem revisão dos oradores.

O **Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo)** - Há número regimental. Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos.

Solicito aos Deputados que registrem presença nos postos de habilitação.

Com a palavra, o Deputado Chico Simões, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

O **Deputado Roberto Ramos** - Solicito dispensa, Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente** - É regimental. Não havendo quem se oponha ao requerimento do Deputado Roberto Ramos, dispenso a leitura da ata e dou-a por aprovada. Solicito aos Deputados que a subscrevam.

Esta reunião destina-se a debater a atual situação das famílias do Massacre de Ipatinga, em memória aos 40 anos do massacre.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos os Srs. Francisco Carlos Chico Ferramenta Delfino, Prefeito Municipal de Ipatinga; Adelson Fernandes da Silva, Vereador à Câmara Municipal de Ipatinga, representado pela Vereadora Lene Teixeira; Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Márcia Maria de Paiva Borges Martini, Diretora de Promoção dos Direitos Humanos e Inclusão Social, representando o Sr. João Leite da Silva Neto, Secretário de Estado e Desenvolvimento Social e Esportes; e Rinaldo Campos Soares, Presidente da USIMINAS.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos
07/10/2003 - 15 horas Pág.: 3

Recebemos um ofício do Deputado Federal João Magno, Vice-Presidente do PT na Câmara dos Deputados. Solicito ao Deputado Roberto Ramos que faça a leitura dessa correspondência.

O Deputado Roberto Ramos - "Ipatinga, 7 de outubro de 2003

Prezados Deputados integrantes da honrosa Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais:

Ao cumprimentá-los, agradeço o convite para participar da audiência pública com a finalidade de debater a situação atual das famílias do Massacre de Ipatinga.

Na impossibilidade de comparecer, em razão de compromissos assumidos com a Bancada do PT em Brasília, comunico que estarei sendo representado através de minha assessoria do Escritório Regional - Ipatinga.

Cordiais sudações a todos participantes da audiência, familiares e amigos das vítimas do Massacre de Ipatinga.

Atenciosamente, Deputado João Magno, Vice-Líder do PT na Câmara Municipal dos Deputados."

O Sr. Presidente - Registro a presença dos Vereadores de Ipatinga; que eles se considerem representados aqui na Mesa.

Vereadores presentes: Maurinho Zanone, Sebastião Guedes, Benigno Frade Leite Filho, Dário Teixeira, Pastor Antônio Carlos de Moraes e Elma Guidine. Presente, entre os Vereadores, o Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga na época do massacre.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos
07/10/2003 - 15 horas Pág.: 4

Apresentaremos um requerimento de interesse da Comissão de Direitos Humanos. No último dia 2/10/2003, em Belo Horizonte, realizou-se audiência pública, nesta Comissão, para ouvir menores vítimas de tortura do Delegado de Igarapé, Sr. Marco Túlio Fadel Andrade. Pelo fato de a reunião ser secreta, devemos aprovar um requerimento para que a Assembléia possa liberar as notas taquigráficas. (- Lê:) "Que seja dado conhecimento público das notas taquigráficas da reunião secreta desta Comissão, realizada em 2/10/2003, a partir do dia 8/10/2003." Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Convido para tomar assento junto aos Vereadores o Delegado Regional Paulo César Detogne e o Deputado Ivo José.

Minhas senhoras, meus senhores, a vinda desta Comissão a Ipatinga é de grande simbolismo, porque não se trata de apenas 40 anos decorridos de um massacre bárbaro, selvagem contra trabalhadores que lutavam por melhores condições de trabalho e contra a repressão da USIMINAS na época. Nesses 40 anos, a injustiça manteve-se inalterada: impunidade, não reconhecimento das vítimas e falta de informação. As contradições são grandes, até mesmo com relação ao número dos massacrados.

Com este debate, queremos nos lembrar da história para que ela não mais se repita. Que esta Comissão dê encaminhamentos práticos ao objetivo de sanar essa grave injustiça histórica, na certeza de que é o povo organizado, mobilizado que impedirá que massacres como esse continuem acontecendo.

Código do documento:

Infelizmente, o crescimento da violência amedronta a todos e passa a ser incontrolável. A Comissão de Direitos Humanos tem compromisso com a vida.

Inicialmente, passo a palavra a uma das autoras do requerimento, Deputada Cecília Ferramenta.

A Deputada Cecília Ferramenta - Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, colega e companheiro de partido, Deputado Durval Ângelo, colegas Deputados, Vereadores, senhoras e senhores, há 40 anos o pequeno e pacato distrito de Ipatinga viveu cenas de violência e terror em suas ruas. Dia longo, aquele 7 de outubro de 1963, tão longo que, até hoje, continuamos indignados e exigindo justiça.

Naquele período, no início da operação de implantação da USIMINAS, os operários, inconformados com as condições de trabalho, moradia e alimentação, manifestaram indignação e revolta. Antes procuraram o diálogo e o entendimento, mas isso lhes foi negado. Diante de tamanho desrespeito, iniciaram um movimento, acreditando que seriam ouvidos e, quem sabe, atendidos em seus anseios. Porém, a irracionalidade dos que detinham o poder prevaleceu. A Polícia Militar foi acionada pelo Governo de Estado, do Sr. Magalhães Pinto, para conter a manifestação. A força e a truculência ganharam as ruas naquele 7 de outubro. O resultado desse ato insano e bárbaro não poderia ser outro: sete operários e uma criança de três meses mortos, metralhados, sumariamente, sem nenhuma complacência. Há dúvidas sobre o número de mortos. Quantos são os mortos daquele ato tão vil e covarde?

Porém, o pior não havia passado. Os anos que se seguiram foram ainda mais aterrorizadores. Cinco meses após o "Massacre de Ipatinga", deu-se o golpe militar de 1964, começando um novo massacre, o do povo brasileiro; golpe esse patrocinado e apoiado pelo mesmo Governador do Estado que aqui mandou a Polícia Militar agir tão impiedosamente, que não titubeou em apoiar a usurpação da democracia e da liberdade de toda uma nação e geração, que ajudou a Governar, por 20 anos, com pés e mãos de chumbo. Vários inquéritos foram instaurados, porém a verdade foi novamente atropelada. A ditadura militar manipulou os fatos e a realidade. Os familiares, amigos e toda a cidade silenciaram-se. Calaram nossas vozes, mas não conseguiram apagar nossa memória.

As elites pensam que um país se constrói apenas com capital, esquecendo-se de que, sem a força do trabalho, nada acontece. Por esquecerem o fundamental, acreditam ser capazes de apagar a verdadeira história que se faz presente na formação do povo brasileiro. Como não há mal que sempre dure, estamos, hoje, em 2003, diante de um novo País e de uma nova Ipatinga.

Ipatinga, ao longo desses 40 anos, cresceu, tornando-se referência de desenvolvimento na única região metropolitana do interior do Estado. O Brasil também mudou; vive hoje nova proposta de governança que, para Ipatinga, é a realidade, há 15 anos. Aprendemos em nossa cidade, por meio dos instrumentos de participação popular, que a história se constrói, no dia-a-dia, sem medo e juntos.

Não queremos apenas justiça e reparo aos danos causados às vítimas e a seus familiares, mas o reconhecimento de tudo o que lhes
Código do documento:

sucedeu. Desejamos resgatar e celebrar a memória do nosso passado, serenando nossos corações, na certeza de que a verdade e a justiça prevalecerão. Para isso, devemos construir os caminhos que nos levarão a esse objetivo. Portanto, Sr. Presidente e demais presentes, devemos ir muito além de uma singela e necessária homenagem, para que o assassinato desses trabalhadores seja investigado e para que essas investigações sejam acompanhadas pelas autoridades competentes, por representantes de familiares da sociedade civil organizada, a fim de que as vítimas sejam incluídas na relação daqueles que foram martirizados pela ação do Estado, quando ele deveria tê-las protegido. Nosso desejo é que Ipatinga e sua gente vejam seu passado e memória reparados por meio da glória dos que aqui viveram e morreram pelo ideal de vida digna para os seus, construindo uma cidade para todos.

Assim, juntamente com o Deputado Rogério Correia, propusemos nesta manhã, na Assembléia Legislativa, um projeto de lei que inclui na Lei nº 13.187/99 um artigo prevendo a indenização das famílias daquelas pessoas mortas em manifestações políticas, no período compreendido entre 2/9/1961 a 31/12/1979.

Senhoras e senhores, tenham certeza de que o referido projeto terá o apoio de todos os Deputados e Deputadas dessa Casa, contando, ainda, com a especial atenção do nosso Presidente, Deputado Durval Ângelo, que muito bem coordena os trabalhos desta Comissão. Com certeza, aprovaremos esse projeto, para reparar as injustiças cometidas nesse passado de 40 anos. Muito obrigada, um grande abraço.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputada Cecília Ferramenta.
Código do documento:

Pediria que não houvesse nenhum tipo de vaias, porque a celebração de 40 anos de um massacre não comporta atitudes como essas. Pediria que as faixas fossem abaixadas, porque daremos oportunidade a todos os grupos presentes para fazerem suas manifestações e protestos ao final da reunião. A Comissão de Direitos Humanos é um espaço democrático. É a única Comissão da Assembléia que, ao final dos debates, tem um sistema de "pinga-fogo", onde todas as manifestações ocorrem.

Nossa postura é democrática. Defendemos os direitos humanos em todos os sentidos. Você terá a oportunidade de falar. Só que achamos que, no dia em que celebramos os 40 anos... Se continuar a manifestação... Disse que darei a palavra a vocês, como darei para todo mundo. Mas quero que a memória do acontecimento em Ipatinga seja preservada e valorizada como a questão central de hoje. Não posso admitir isso. Ao final, todos que quiserem fazer qualquer protesto, seja contra a Prefeitura ou contra qualquer coisa, terão a oportunidade de fazê-lo. Esse é o princípio democrático. Mas nem quando levamos torturador para ser ouvido na Comissão concordamos que recebesse vaia. Como convidado ou convocado para a reunião, teria de ser ouvido no espaço mais democrático da Assembléia. Aqui estão familiares de uma tragédia. Que nessa memória haja total compreensão e respeito. Muito obrigado.

Registramos a presença do Vereador Raimundo Nonato, de Timóteo, e de Cleber William de Souza, Presidente da CUT do Vale do Aço. Com a palavra, o Deputado Roberto Carvalho, um dos autores do requerimento.

Código do documento:

O Deputado Roberto Carvalho - Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, demais colegas da Assembléia Legislativa, Vereadora Cecília Ferramenta, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga, a quem agradeço a cessão do espaço para o Legislativo mineiro, numa demonstração de seu compromisso histórico com a justiça; Deputado Federal Ivo José, representante do Secretário João Leite, estamos aqui para homenagear as vítimas da truculência e da arbitrariedade. Não queremos apenas fazer uma homenagem aos companheiros que morreram no dia 7/10/63, mas a todos os que lutaram. Estão presentes companheiros que compartilhavam ombro a ombro a mesma luta. A Comissão de Direitos Humanos quer, juntamente com os Vereadores de Ipatinga e com as autoridades presentes, prestar sua homenagem e buscar justiça.

A USIMINAS fez um acordo para que cessassem o movimento. O acordo, que previa que a USIMINAS pagasse pensão a todas as famílias vitimadas, não foi cumprido. Queremos que seja cumprido. A USIMINAS era um órgão do Governo Federal. Portanto, a USIMINAS, o Governo do Estado e o Governo Federal têm de ser responsabilizados, cada um com sua parte. Como disse o Durval no memorial, fazer justiça hoje não devolverá a vida aos que a perderam. Mas esse é o mínimo de justiça que temos de fazer. Estamos aqui, hoje, para reparar a injustiça, para que esse ato seja lembrado sempre, para que outros massacres não ocorram nunca mais, para que os trabalhadores sejam respeitados. A Assembléia fez uma CPI cujos documentos desapareceram naquela Casa. Queremos ir atrás deles, para refazer a memória.

Gonzaguinha falava sobre as "memórias de um tempo em que lutar por seu direito é um defeito". Quem lutava pelos direitos e pela justiça em 1964 era perseguido, como muitos trabalhadores o foram na USIMINAS. O massacre foi um prenúncio do golpe de 1964. A Comissão continuará seu trabalho. Convocaremos a direção da USIMINAS em Belo Horizonte para prestar contas do não-cumprimento de sua parte no acordo. Vamos fundo. Vamos tentar apurar e reaver os documentos da CPI, que desapareceram misteriosamente na Assembléia, depois do golpe de 1964. Enfim, queremos justiça. E justiça será feita. Viva os companheiros que foram abatidos, mas que não morreram, que lutaram. A luta dos trabalhadores não morre. A justiça sempre prevalecerá.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Vereadora Lene Teixeira.

A Vereadora Lene Teixeira - Cumprimento todos os componentes da Mesa, cada cidadão e meus colegas Vereadores que vieram para esta importante atividade na Câmara de Ipatinga. A participação da Assembléia neste evento vem ratificar a importância do massacre de 1963. Esse problema não é exclusivamente de Ipatinga. Nasci na época do golpe. Em 1963 já se matava neste País para preparar o grande golpe militar. O resgate da história do massacre de Ipatinga, realizado pela CUT, deixa claro, na fala do Pe. Abdala, que o golpe pode ter sido considerado vitorioso. Acredito que todos nós, políticos e cidadãos, temos uma dívida com as pessoas que sofreram na pele com o massacre. A presença da Assembléia em Ipatinga tem importante significado para nós, porque sabemos que apenas localmente não conseguimos responder as arbitrariedades que ainda acontecem em Código do documento:

nossa cidade. É importante envolver a Assembléia Legislativa no processo de resgate, porque nem mesmo nós, moradores de Ipatinga, temos plena certeza sobre o acontecimento. Até hoje as pessoas sentem-se amedrontadas, com medo de se expressar. Esse episódio aconteceu mais de uma ou duas vezes.

Na Câmara, tentamos aprovar uma lei municipal que declarasse o dia 7 de outubro feriado municipal, em memória dos trabalhadores. Mas, como há um limite máximo do número de feriados, não foi possível. Este ano, a comemoração dessa data vem com muita força, tanto em virtude da determinação da Assembléia quanto por causa dos movimentos organizados em nosso município.

Alguns setores da empresa e da nossa cidade avaliam que este é um momento de revanchismo.

(- Manifestação nas galerias.)

O Sr. Presidente - Por favor, o microfone será aberto ao final, para que as pessoas possam falar sobre o massacre de Ipatinga. Abri para outros grupos que queiram fazer denúncia ao final.

O Sr. ... - Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, não. Não há necessidade de agradecer. Como Presidente da sessão, não admito nenhum tipo de manifestação que impeça o orador de concluir seu pensamento. Vereadora, pode continuar.

A Vereadora Lene Teixeira - É importante que nem a empresa nem alguns setores da sociedade entendam que uma manifestação como esta, da população, da Assembléia Legislativa e dos que trabalham

para que a justiça aconteça seja vista como revanchismo, como algo de quem não tem legitimidade para reivindicar e para participar dessa manifestação.

Na época, a USIMINAS era uma empresa estatal. É importante que todos compreendamos que a dívida é do Estado para com a sociedade, para com o povo que foi massacrado. Para nós, que buscamos a radicalidade da democracia, é importante perceber que a situação de medo e de tortura ainda nos mantém longe de atingir a sociedade democrática com que sonhamos e que tanto queremos. A vida tem valido muito pouco nesta sociedade violenta. É importante não banalizarmos a relação entre os seres humanos, é importante não banalizarmos o que aconteceu em 1963. Que tenhamos acesos na mente episódios que jamais podemos permitir que aconteçam com o ser humano. Esse ato, que antecedeu o golpe militar, significa a preservação da vida, o resgate da história de Ipatinga.

Temos, hoje, de ver isso com serenidade, exigindo justiça e praticando, no dia-a-dia, atos de cidadania, participando e exigindo do Estado, dos responsáveis, acolhimento e respeito às famílias vítimas dessa violência.

Agradeço à equipe da Assembléia, especialmente à Comissão de Direitos Humanos por esse ato que, com certeza, marcará história como retomada da busca da justiça. Sabemos que o Governo Federal, eleito pelo povo, está abrindo trincheiras importantes com o Ministro Nilmário que sempre, no Congresso, trabalhou na defesa dos direitos humanos. Hoje, está resgatando essa defesa em nosso País. Às vezes, não conseguimos dimensionar ou publicar tudo que está sendo feito.
Código do documento:

Mas essa possibilidade existe hoje e esperamos que a essas famílias seja assegurado o direito de rever aquilo que perderam. Não é só a questão da morte em si, da indenização, mas da memória que precisa ser resgatada e respeitada por todos nós. Muito obrigada. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Registramos a presença dos Vereadores Robson Gomes e Nardielo Rocha; do Secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Ipatinga, José de Paulo. Com a palavra, Dra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini, aqui representando o Secretário, Deputado João Leite.

A Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini - Meu boa tarde a todos. Na pessoa do Presidente desta Mesa, cumprimento todas as autoridades aqui presentes. Primeiramente, manifesto a satisfação de estar aqui, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Deputado João Leite, e o Subsecretário de Direitos Humanos, João Batista de Oliveira, dando minha modesta contribuição para que esse lamentável episódio ocorrido em Ipatinga, há 40 anos, não se perca na poeira do esquecimento de vários outros fatos ocorridos em nosso País, na época da ditadura militar.

Vidas de trabalhadores foram ceifadas nesta cidade e o único pecado cometido por eles foi ousar dizer não, indignar-se com uma situação aviltante que atentava contra a dignidade humana. Não vou me estender em detalhes do caso. Só queria dizer que num momento em que vivemos tanta exclusão social e econômica, estar aqui hoje homenageando essas pessoas que foram abatidas em nome de um sonho é também evitar a exclusão. Para mim, a pior delas é a exclusão dos sonhos.

Código do documento:

Conversei com o Secretário João Batista de Oliveira há pouco e gostaria de, no final desta reunião, apresentar algumas sugestões dadas por ele, de ordem prática, para essa política reparatória. O Estado tem de se manifestar, admitindo sua parcela de contribuição nesse massacre. Gostaria de passar essas sugestões para a Mesa, ao final da manifestação inicial de todos aqui. Agradeço a oportunidade e estou à disposição para voltar a falar a respeito das indenizações, no final destes trabalhos. (- Palmas.).

O Sr. Presidente - Obrigado, Dra. Márcia. Ouviremos agora dez depoimentos relacionados ao massacre de Ipatinga. Cada um dos convidados terá, no máximo, 5 minutos para seu depoimento. Vamos priorizar, nesta primeira fase, sindicalistas e operários que viveram aquele momento e familiares de vítimas daquele episódio. Inicialmente, convidamos o Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro, ex-Deputado estadual, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, na época do massacre. (- Palmas.) Em seguida, o Sr. Deusdete, que esteve conosco no memorial.

O Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro - Sr. Presidente, Deputado Durval Ângelo; Srs. Deputados, Sra. Deputada, Srs. Vereadores, demais representantes que compõem a Mesa, meus senhores, minhas senhoras. É um prazer muito grande estar aqui, apesar de ser este um momento difícil, pelas lembranças do que passamos no massacre de Ipatinga. De qualquer maneira, vale a pena fazer um relato do que realmente aconteceu.

No dia 7/10/63, por volta de 6h30min, fui chamado em minha residência para vir a Ipatinga. A usina estava parada por causa de uma agressão de policiais havida à noite do dia 6 para o dia 7.

No dia 6 de outubro, realizamos a primeira assembléia reivindicatória do sindicato. A USIMINAS não aceitava o sindicato. Por diversas vezes tentei falar, como Presidente do sindicato, com o superintendente da usina, na época, Dr. Gil (?) e ele não me recebeu. Não aceitavam o sindicato de maneira nenhuma. Apesar de ser lei, não aceitavam descontar em folha a contribuição do sindicalizado. Quem quisesse, teria de ir a Timóteo pagar a mensalidade, porque não aceitavam descontar em folha. Precisei fazer um ofício ao Sr. Ministro do Trabalho, na época, para obrigar a USIMINAS a descontar em folha. Só com ofício do Ministro é que a USIMINAS concordou em descontar em folha a mensalidade dos trabalhadores.

No dia 6, como já disse, realizamos a primeira assembléia. Nessa assembléia, os operários tiveram a oportunidade de se manifestar, mostrando o repúdio pelo massacre. Massacre já existia desde 1958, quando começou a USIMINAS, e as empreiteiras não cumpriam o mínimo de lei, contratavam os homens e os alugavam para a USIMINAS, sem carteira assinada, sem pagar nenhum tipo de indenização, sem aviso prévio, sem nada. Até vendiam uma rifa de geladeira, no fim de cada semana, descontando o valor do salário dos operários. Essa rifa nunca aparecia. No dia que fui a essa empresa, a De Cavalcanti...

O Sr. Presidente - Solicito silêncio total ao pessoal do corredor para ouvirmos cada depoimento.
Código do documento:

O Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro - No dia em que visitei essa empresa, o prendedor de papel em cima da mesa era um revólver 38, carga dupla. Conversei com o Sr. Marcionilo, que era o representante da empresa, sobre os problemas lá existentes, dizendo que não podiam ser cometidas aquelas barbaridades contra os operários. Ele simplesmente me disse: "O senhor saia daqui, que não converso com sindicato, não tenho nada a ver com sindicato". Ponderei e tentei conversar com ele, mas ele tocou uma campainha e veio um senhor parrudo. Ele falou: "Faz favor, ponha esse moço para fora." Eu falei que diante de um convite tão amigável, iria sair.

Cheguei na porta e disse para ele: "O senhor terá notícias minhas". Informo à Comissão que no antigo "Binômio" talvez vocês consigam a reportagem feita em 1963 sobre essa empresa. Ficharam dois rapazes que fizeram uma reportagem muito importante sobre essa empresa, sobre o que acontecia realmente em Ipatinga.

Dia 6, à noite, os operários que estiveram na assembléia foram para a usina. Na saída, foram massacrados pela vigilância, que era truculenta. Faziam isso há muito tempo, mas naquela noite a repressão foi muito maior. Os operários, com medo de perder a condução - caminhões basculantes transportavam os operários - forçaram a saída. Conseguiram arrebentar o portão para sair porque precisavam pegar a condução, caso contrário, ficariam a pé. A vigilância chamou a Polícia Militar, que parecia já estar de sobreaviso. A Polícia veio espancando, batendo. Era a Cavalaria. Como todos sabem, a Cavalaria sempre foi violenta, chegou espancando. A maioria dos funcionários tomou os caminhões e foi embora.
Código do documento:

Os rapazes que moravam no Santa Mônica foram escolhidos como vítimas. A polícia se dirigiu para lá e tentou entrar no Santa Mônica. Como os rapazes resistiram, não deixaram a polícia entrar no Santa Mônica, pegaram os da Chicago Brito. Era um alojamento fora do Santa Mônica. Pegaram os rapazes, estava chovendo naquela noite, bateram, espancaram, urinaram neles, fizeram todo tipo de covardia possível e depois os levaram para a Delegacia de Ipatinga.

Aquela madrugada foi uma revolução total no Horto. Pe. Higino, que foi um baluarte daquela noite, levantou-se, foi chamado em casa, tentou contornar a situação de toda maneira, mas não foi possível. Como já disse, de manhã, chamaram-me em minha residência, vim para Ipatinga. Chegando aqui, vi que a Polícia Militar estava perto do portão e que mais de 7 mil operários da USIMINAS e de empreiteiras estavam lá também, naquele momento de tensão. Rapazes machucados, sujos, enlameados e muitas pessoas. Estavam a ponto de enfrentar a Polícia. Cheguei e pedi calma a todos. Graças a Deus, naquele momento, consegui calma.

Fui conversar com o Ten. Jurandir, pedi a ele que se retirasse, pois o ambiente estava carregado e podia haver um problema sério. Ele falou que não podia sair porque estou cumprindo ordens. Perguntei ordem de quem e ele falou que era do Capitão. Perguntei onde estava o Capitão. Ele me disse que ele estava no escritório da USIMINAS.

Fomos para o escritório da USIMINAS, eu, Pe. Higino e mais três operários, em uma comissão, tentar demover o Capitão, para tirar a Polícia do local. Infelizmente, ele era um homem truculento, Código do documento:

violento que não gostava de paz, só queria guerra. Tentamos de toda forma, ficamos quase duas horas em reunião. Ele esperava sempre a ordem do Dr. Gil. Víamos que ele olhava para o Dr. Gil, que não dava o sinal para ele tirar o pessoal de lá. Em um determinado momento, ele falou que ia tirar a Polícia de lá, mas que "não aceito vaias". Falei: "Capitão, é quase impossível, diante de tudo que aconteceu. Retirar aquele pessoal sem vaia de lá é muito difícil, mas vou tentar. Eu e Pe. Higino vamos tentar conseguir isso".

Saímos do escritório da USIMINAS e fomos a pé para lá. Ele mandou o ordenança dele de Jeep, um sargento, hoje advogado de Ipatinga, onde é conhecido por todos, José Francisco de Oliveira. Esse sargento levou uma mensagem para o tenente, e até hoje ninguém sabe qual foi a ordem dada. Segundo falam, foi ordem para retirar. Parece que a Polícia pretendia se retirar, mas na hora da retirada, por infelicidade, o caminhão não pegou, os soldados tiveram de descer para empurrar o caminhão. Como em todo movimento, o pessoal estava revoltado com o que tinha acontecido naquela madrugada. Começaram a jogar brita nos soldados, britas de estrada de ferro. Os soldados começaram a disparar a metralhadora.

Antes disso, quando subi na cancela da travessia da Vale do Rio Doce para falar para os operários, um soldado que estava em cima do caminhão girou a metralhadora para o meu lado; virei de lado e me dirigi para o pessoal, fazendo de conta que não tinha visto o soldado fazer a manobra da metralhadora. Esse mesmo soldado, logo depois, metralhou nossos companheiros, sem dó nem piedade. As pessoas correram, algumas levaram tiros no calcanhar, muitas foram feridas na

Código do documento:

perna, não sei se foi por erro dele ou se teve dó e fez rajadas rasantes. Quem mais matou foi um cabo, que atirava na cabeça com revólver 38.

Diversas pessoas foram mortas com um tiro de 38. Quando o caminhão passou por nós, eu e o padre chegando às imediações, eles atirando, nós deitamos no chão e as balas assobiando passando por cima de nós. Vejam, como eles queriam matar! Depois do escritório da USIMINAS, a mais de 1km, havia um ponto de ônibus e uma senhora no local. Quando ela viu tiros partindo daquele caminhão, saiu correndo. Estava com uma criança nos braços. Eles atiraram nas costas da senhora e a bala, atravessando-a, foi se alojar na coxa da criança, que morreu no hospital. Vejam os senhores a mentira de que foram 7 mortos, a maior que já vi em minha vida. Mais dois morreram, depois, no hospital: o fotógrafo, que fotografou a hora do massacre e a menina, sendo que não constam em nenhum relatório. Mas eu vi cada morto que lá se encontrava como estou vendo vocês aqui agora. Trinta pessoas tombaram naquele local. Eu estava ali, retirando os vivos e colocando-os no caminhão. O socorro que tínhamos eram os caminhões basculante, onde colocávamos as pessoas, praticamente mortas, em direção ao hospital. Foram hospitalizadas 117 pessoas, fora os que foram medicados no ambulatório da empresa. Havia 30 mortos, e 2 morreram depois. Mas existe um fato de que tomei conhecimento, embora não tenha certeza: 59 operários desapareceram do quadro da empresa após o massacre e nunca mais voltaram.

O Sr.... - E quantos operários baleados ficaram incapacitados de trabalhar?
Código do documento:

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Na verdade, conheço um.

O Sr. Presidente - O sindicato não tinha registro de nomes dos mortos à época?

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Não conseguimos. Vou narrar-lhes um fato inacreditável, porém verídico. Não havia meios de comunicações. Não tínhamos telefone, emissora, nada. Tudo era difícil. Quando colocamos todas as pessoas em conduções a fim de serem socorridas, saí do local, tomei um carro e fui para ACESITA, onde havia comunicação por meio de rádio e aeroporto. Fui para lá a fim de me comunicar com a Secretaria de Segurança de Belo Horizonte para pedir o envio de autoridades. Fui daqui a ACESITA fazer essa comunicação, divulgando os acontecimentos pela Rádio Guarani, pela Rádio Inconfidência, e, quando voltei a Ipatinga, não encontrei nenhum corpo no local.

O Sr. Presidente - Nessas reportagens, o senhor falava em mais de 30 mortos?

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Sempre falei em 30 mortos. Quando voltei de Timóteo, chegando ao local, não mais havia um corpo no local, cinco estavam no ambulatório da USIMINAS e os outros simplesmente desapareceram. Não entendemos o porquê, inclusive a fábrica de caixão de ACESITA trabalhou dia e noite. Há um motorista, de nome Laércio, em Timóteo, que foi, a mando da USIMINAS, buscar caixão em Belo Horizonte.

O Sr. Presidente - Qual o nome da empresa?

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Sei o nome da pessoa e não o nome da empresa. Quando V. Exa. fala sobre CPI da Assembléia, realmente eles fizeram uma CPI de brincadeira porque nela nada foi dito. Eu, como Deputado nos quatro anos em que estive na Assembléia, tentei descobrir esses documentos e nunca consegui encontrá-los. Esperamos que esta Comissão consiga alguma coisa nesse sentido.

O Sr. Presidente - Começamos o trabalho e já conseguimos alguns documentos e depoimentos.

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Muitos perguntam por que a USIMINAS escondeu os cadáveres. Mas isso é claro, era de se lamentar um episódio como aquele. A USIMINAS sempre procurou encobrir os fatos, assim como o Governador à época, Magalhães Pinto, candidato potencial à Presidência da República. E nós, um sindicato do interior que não dispunha de recursos nem meios de comunicação...

O Sr.... - As vítimas foram atendidas em quais hospitais?

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, que já não existe; Casa de Saúde de Cel. Fabriciano e Hospital Siderúrgica, em Cel. Fabriciano. Eram os hospitais existentes na região.

O Sr.... - Houve algum atendimento improvisado no local ou próximo ao local?

O Sr Geraldo dos Reis Ribeiro - Houve atendimento no ambulatório da empresa, onde foram medicados os feridos em estado menos grave.

O Sr... - E sobre a participação da cavalaria da Polícia na hora do massacre?

O Sr **Geraldo dos Reis Ribeiro** - Eles eram os mesmos, só que, naquele dia, não estavam a cavalo. Eram os mesmos soldados, mas estavam num caminhão. O destacamento daqui era todo da cavalaria.

O Sr.... - Perfeito.

O Sr. **Presidente** - Agradecemos o depoimento esclarecedor do Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro.

Registramos a presença dos Vereadores Hely Rodrigues, Crispim Elias, Rosângela Reis; do Diretor Regional do SINDIELETRO, Marco Túlio da Silva; do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Bárbara, Celso Afonso de Moraes; do Secretário de Planejamento de Ipatinga, Valter Teixeira Júnior.

Com a palavra, o Sr. Deusdete Serrinha, por cinco minutos.

O Sr. **Deusdete Serrinha** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, não tenho muito a dizer após o depoimento de Geraldo Ribeiro, que relatou tudo o que sei. Mas tenho a dizer que hoje é um dia muito importante porque não podemos nos esquecer desses acontecimentos para evitar que esses fatos voltem a acontecer.

Naquela época, a USIMINAS mantinha dentro da usina um corpo de vigilância paramilitar, gente da pior espécie, que tinha em seu currículo uma série de assassinatos. E a USIMINAS mantinha empreiteiras que não pagavam os trabalhadores. Era comum trabalhadores com seis meses de salário atrasado, sem dinheiro para

alimentar sua família. A USIMINAS dava um litro de leite para cada um de nós porque trabalhávamos no gasômetro. E ofereci o leite para um empregado da De Cavalcanti, a pior desgraça que existiu, e esse senhor não o aceitou, virou-me as costas e começou a chorar. Ao perguntar-lhe porque chorava, disse-me que não aceitaria o leite porque, enquanto se encontrava ali trabalhando, sua mulher estava pedindo esmola em Melo Viana para tratar de seus filhos. Fiquei com dó do camarada e arranjei com meus companheiros quatro litros de leite para ele, que, à época vinham em garrafas de vidro. Chegando à portaria, o vigilante os quebrou. No outro dia, ele voltou sem graça, chorando, e lhe arranjamos mais garrafas com leite. Passamos em grupo pelo vigilante e o camarada levou o leite. Fui chamado, dizendo-me que não poderia fazer aquilo, e contei a um Coronel o porquê de ter feito aquilo e ele me dispensou, com lágrimas nos olhos.

Quanto ao massacre de Ipatinga, o que ocorreu foi o seguinte: eu morava em Canaã e quem enfrentou o problema foi Geraldo Ribeiro, que era o Presidente do sindicato e foi chamado ao local. Eu era Operador Chefe e já estava ocorrendo a confusão. Vi o sangue correr no asfalto, mulher chorando, um absurdo, uma coisa terrível, que me corta o coração. Uma mulher morreu amamentando sua menina que também foi morta por um tiro. A USIMINAS fez aqui o maior absurdo, coisa de revoltar qualquer pessoa, faria revoltar o Bush. É um absurdo. É só isso, minha gente.

O Sr. Presidente - Obrigado. Registramos a presença de Vinícius Varela, Vice-Prefeito de Ipatinga. Com a palavra, por 5

minutos, o Sr. José Horta, ex-Vereador de Coronel Fabriciano. Depois, ouviremos duas vítimas do massacre.

O Sr. José Horta - Companheiros, companheiras, não sei se vou ter condição emocional e psicológica para isso porque já tenho uns janeiros e tal. Mas quero iniciar dizendo que é uma alegria para mim a vinda da Comissão de Direitos Humanos a Ipatinga para fazer esse resgate. Aliás, a Câmara de Ipatinga tem desenvolvido esse tipo de trabalho. Não sei por que não avançamos mais. Em maio de 84, tivemos aqui um trabalho sobre a SC-7, uma organização. Então, estamos caminhando. Vivemos em um País em que a área educacional enfrenta dificuldades e trabalhamos muitas vezes com a perspectiva de realizar alguma coisa, mas depois somos traídos. É assim que acontece a história.

No entanto, quando vemos pessoas do quilate de um Geraldo Ribeiro... Trata-se de uma pessoa pela qual tenho o maior respeito e admiração. Contar a história do Vale do Aço e esquecer de falar no Padre Abdala significa perder pelo menos 50% dos fatos. Esquecer um Padre Avelino ou um Dazinho é a mesma coisa. É isso que nos estimula a crescer, companheiros. Em 63, eu tinha 21 ou 22 anos de idade. Sou de origem rural e tinha apenas o 3º ano primário. Quando ouvi os companheiros falando naquela situação, pensei que um dia gostaria de ter condições para falar assim também e defender esse povo. Foi assim que aconteceu. Trabalhei diuturnamente, estudei, completei o curso primário e fiz o supletivo. Mas a melhor escola que tive foi a da convivência com pessoas desse quilate, que nunca traíram os

trabalhadores. Sinceramente, sejam elas do PT ou de qualquer outro partido, se traírem os trabalhadores, não contem comigo.

Então, companheiros, não estou me referindo a nada especificamente. Estou sendo coerente com a minha história, que gostaria que fosse a de todos também. É muito importante que isso seja mantido porque foi aqui que aconteceram os fatos. O Durval foi felicíssimo em sua fala ao dizer que não dá para fazer esta reunião em outro local. Se existe o costume de ir aos acampamentos e aos presídios, é preciso criar também o hábito de vir a Ipatinga, para que não precisemos nos deslocar. Do contrário, vão querer discutir o assunto nos Estados Unidos para que os brasileiros não saibam dessa história.

Portanto, companheiros, o 7 de outubro marcou, sim. Embora não tivéssemos uma idéia da dimensão dos fatos, foi a partir dali que a classe trabalhadora do Vale do Aço também começou a se organizar. Apesar do golpe militar, o Lula veio de São Bernardo, onde começou a trabalhar. O Carlinhos resgatou essa história no seu livro. O que a gente pode dizer, concretamente, é que se fala muito no número de mortos. A maioria das instalações da usina é subterrânea. Havia uma vala perto do shopping e, quando foi dado o primeiro tiro - eu havia saído do exército há um ano -, pulei naquela vala e senti a terra cair por causa dos tiros que disparavam sobre nós. Não eram tiros de festim, porque os conheço. Fui rastejando e, quando cheguei ao final, voltei ao local e vi muitos mortos. Confesso que foi o momento mais difícil que vivi. Reconheço que cometi um erro por não ter contado, porque foram muitos os mortos. Eram 16 soldados, cada um com um Código do documento:

fuzil. Um fuzil dispara 5 tiros de repetição. Então, 16 vezes 5, eram 80 tiros. Um dos soldados portava uma metralhadora. Quem serviu o Exército sabe que uma metralhadora daquelas "hot kiss" dispara uma média de 600 tiros por minuto.

O Sr. - Quantos trabalhadores estavam naquele local?

O Sr. José Horta - Divergindo um pouco do Geraldo Ribeiro, acho que havia ali no mínimo 15 mil trabalhadores. Havia muitas empreiteiras prestando serviços à empresa e quem estava saindo não ia para casa. Integravam-se conosco, assim como quem estava chegando. Então, os companheiros que apanharam da Polícia durante a noite foram chegando, com os braços cheios de hematomas, e aquilo mexeu com a sensibilidade das pessoas. Por isso, afirmo que, segundo minha concepção, morreram no mínimo 50 pessoas ali, pela quantidade de tiros que foram disparados. Um colega nosso disse que o Gil Guatimosim disse assim: "Se peão fosse frango, eu comeria uma dúzia por dia.". Mas o nosso companheiro respondeu: "Mas, se ele fosse um repolho, teria de desfolhá-lo folhinha por folhinha.". Um abraço, companheiros, e muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - É bom esclarecer que aqui só havia distritos. Não havia um núcleo habitacional e muita gente veio sozinha de lugares distantes para trabalhar na USIMINAS, sem trazer a família. Isso, de alguma forma, impediu que os movimentos sociais mantivessem contato com os familiares dos trabalhadores. A família da grande maioria não morava aqui e eles moravam em acampamentos da USIMINAS. Os relatos feitos à CPI aberta pelo Deputado Geraldo

Quintão no dia 8 de outubro na Assembléia Legislativa mostram que a maioria dos trabalhadores eram solteiros e que seus familiares estavam distantes.

Agora, vamos ouvir o Sr. José Elias dos Santos, de 69 anos. Ele estava na frente quando aconteceu o tiroteio. Tem o apelido de Seu Juca, foi ferido e carrega até hoje uma bala na coxa por causa desse episódio.

O Sr. José Elias dos Santos - Senhoras e senhores, Deputados, Vereadores, estou aqui para dizer que fui uma das vítimas do dia 7 de outubro de 1963. Foi difícil. Havia muita gente e foi um temor terrível, terrível, terrível. Fui uma das vítimas, fiquei com esta perna inutilizada e fiquei 90 dias no hospital sem andar um palmo. Voltei para casa, andei de muletas por 2 anos. Quando sarei e pude voltar, como trabalhava para uma firma empreiteira, passado algum tempo ela me passou para o INPS. Fiquei encostado por algum tempo e depois aposentaram-me por invalidez. Peço aos Deputados que trabalhem com vontade e com o anseio de diminuir o sofrimento daqueles que sofrem até hoje, além dos que morreram.

Sou um homem sofrido. Tenho a cabeça branca e vou completar 70 anos daqui a 3 meses, mas minha cabeça branca representa o sofrimento da vida. O rapaz que fez a reportagem em minha casa perguntou-me como consegui criar minha família. Eu respondi: "Só Deus e minha esposa é que sabem.". Foi com muita dificuldade. Todos os senhores sabem o que é que vale um salário mínimo hoje e o que valia naquela época. Mas Deus me abençoou e consegui criar minha família. Meu caçula está com 24 anos e está até presente aqui. Peço que olhem Código do documento:

com cuidado esse problema e façam alguma coisa. É muito bacana lembrar os que se foram. Mas seria melhor beneficiar os que ficaram e que não têm nada na vida, a não ser seu salário.

O Sr. Presidente - O senhor estava lá na hora do tiroteio do dia 7? Como aconteceu?

O Sr. José Elias dos Santos - Do mesmo jeito que o rapaz contou aqui.

O Sr. Presidente - O senhor poderia relatar os fatos para nós?

O Sr. José Elias dos Santos - Do dia 6? Contar o que ele contou novamente?

O Sr. Presidente - Os pontos mais importantes.

O Sr. José Elias dos Santos - Como falei para o rapaz que fez a reportagem, se um Chefe da USIMINAS ou do policiamento tivesse mandado uns peões para casa e outros para o trabalho, se o Chefe do policiamento tivesse resolvido ir embora... Mas não apareceu ninguém com essa idéia para evitar o massacre. Então, os homens foram se juntando e eles acabaram massacrando todo mundo. Tenho esse sentimento terrível na vida.

O Sr. Presidente - O senhor chegou a ver os corpos caídos?

O Sr. José Elias dos Santos - Não, porque fui atingido e eles me colocaram em um caminhão e me levaram para o hospital. Fiquei plantado lá por 90 dias, sem saber de nada. Sou um homem que não tem utilidade para nada, vamos dizer assim. Não posso pular um palmo sequer.

O Sr. - Dos que foram com o senhor para o hospital, algum veio a falecer?

O Sr. **José Elias dos Santos** - Faleceu um lá.

O Sr. **Presidente** - O senhor se lembra do seu nome?

O Sr. **José Elias dos Santos** - Não me lembro. Mas, só nesse hospital, havia 27 homens. Eu era o 26º e fiquei plantado lá, sofrendo.

O Sr. - O senhor foi para qual hospital?

O Sr. **José Elias dos Santos** - Para esse mesmo que ele falou, o Santa Terezinha, não é? Peço aos senhores que olhem com muita clareza e tenham compaixão para com os que ficaram. É triste a pessoa ter família e criá-la nessa situação como aconteceu conosco. Só Deus mesmo. Graças a Ele, estou com esta idade e sempre digo: "Já se passaram 40 anos e só agora estão cuidando disso.". Peço que olhem tudo isso com clareza porque quem já tem a minha idade, talvez nem se beneficie com o que vier depois. Só Deus é que sabe o dia em que vamos morrer, não é? Posso cair ali e morrer, ou viver por mais alguns anos. Muitos já estão em idade avançada como eu e podem não se beneficiar com esses direitos. Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. **Presidente** - Gostaria de saber se o Tertuliano Ferreira dos Santos está aqui. (- Pausa.) Vou fazer uma pergunta e gostaria que os Srs. Geraldo e José Horta prestassem atenção. O Tertuliano disse que na tarde do dia 7 vieram para cá os três Deputados operários: Riani, Bambirra e Dazinho. Disse que veio também o Comandante da Polícia Militar. Em seu depoimento ao Ministério

Público, o Tertuliano disse ainda que, à tarde, para evitar uma crise maior, a USIMINAS teria atendido algumas reivindicações dos trabalhadores, que seriam: o afastamento da tropa de assassinos de Ipatinga, a extinção do corpo de jagunços vigilantes da USIMINAS e a concessão de pensão para as viúvas dos mortos. Foi cumprido esse acordo integralmente?

O Sr. ... - (- Responde fora do microfone.)

O Sr. **Presidente** - O acordo foi no dia 8? Então, só foi cumprida a extinção do corpo de jagunços vigilantes? Não aconteceu o afastamento da tropa nem a indenização e pensão...

O Sr. ... - (- Responde fora do microfone.)

O Sr. **Presidente** - E a pensão e a indenização para as viúvas?

O Sr. **Geraldo dos Reis Ribeiro** - A indenização, estávamos trabalhando nela quando houve o golpe de 64 e tudo foi por água abaixo. Fui cassado no Sindicato e acabou.

O Sr. - Sr. Geraldo, houve o acordo e a USIMINAS fez o compromisso? A pergunta é esta.

O Sr. **Geraldo dos Reis Ribeiro** - Houve o acordo.

O Sr. - Isso é que é importante.

O Sr. **Presidente** - Segundo aquele depoimento ao Ministério Público, o Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro estive com os principais Diretores da empresa, Gil Guatimosim, Luiz Verano, João Cláudio Teixeira Sales e Amaro Lanari, eles teriam feito esse acordo que depois não cumpriram.

O **Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro** - Foi aceito e assinado por todos eles e por nós, da Comissão do Sindicato.

O **Sr. Presidente** - O senhor conheceu o homem da camisa vermelha, o Tertuliano?

O **Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro** - Conheço-o demais. Conheço muito o Tertuliano. Há pouco tempo nós até trabalhamos pela sua anistia.

O **Sr.** - Sr. Geraldo, o Sindicato não teria cópia desse documento que foi assinado?

O **Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro** - Não temos documentos, nem atas, nem nada. Foi feita uma ata e tudo, mas houve um incêndio no Sindicato de Timóteo há uns 20 anos que queimou toda a documentação antiga. Tínhamos ata e todos os documentos, mas, infelizmente, tudo desapareceu.

O **Sr.** - Sr. Geraldo, a USIMINAS ficou com uma cópia desse acordo?

O **Sr. Geraldo dos Reis Ribeiro** - Sim. O Secretário do Trabalho, que estava presente, levou uma cópia desse acordo.

O **Sr.** - O Prof. Edgar da Mata Machado?

O **Sr.** - Sim.

O **Sr. Presidente** - Obrigado.

Estamos recebendo a viúva do Sr. Aloísio Ferreira Felipe, Sra. Maria Dias Martins.

Também presente Maria da Conceição Gomes, que falará em nome da família do Sr. Alvino Ferreira Felipe, assassinado no dia 7, em frente à empresa USIMINAS.

A Sra. Maria da Conceição Gomes - Não tenho muita coisa para dizer, porque relembrar o passado é sofrer muitas vezes.

Na época, meu pai era funcionário da Cavalcanti e foi morto por uma bala perdida. Estava indo para a ACESITA para fazer um exame médico, porque havia tido um acidente e não estava bem de saúde. Estava passando pelo local e morreu num tiroteio às 8h30min, por uma bala de metralhadora, pelas costas. Nessa época, eu tinha 17 anos e fiquei tomando conta de quatro irmãos, tive que dar conta deles. A usina pagou uma pensão durante dois anos, depois passou para o INSS e minha mãe não teve direito, porque não era casada no civil, somente no religioso. O padre que fez seu casamento está em Belo Horizonte. Antigamente, as pessoas casadas somente no religioso não tinham direito de viver, porque foi o que aconteceu com minha mãe, que até hoje não tem uma pensão do INSS. A partir desse momento, tive que vender verdura para tratar desses quatro irmãos. É o que posso contar sobre o que passei por causa do que aconteceu.

O Sr. Presidente - Obrigado, Maria da Conceição.

Registramos a presença do Vereador Beto Hudson, de Coronel Fabriciano.

Com a palavra, Pe. Abdala.

O Pe. Abdala - Senhores, se estiver demorando muito, podem me avisar.

É a primeira vez que escuto de perto o depoimento de Geraldo Ribeiro, muito preciso, testemunha histórica, que relatou as causas do que aconteceu. Talvez tenha omitido o ambiente da década de 60, que era de esperança e despertava crises, o elemento emocional era muito forte. Citou o nome de Gil Guatimosim. Tínhamos verdadeira veneração e respeito por alguns diretores da USIMINAS, que eram pessoas admiráveis, mas representavam a empresa. Entre esses elementos, alguns muito radicais não souberam compreender aquele momento emocional. De outro lado, havia as provocações. Geraldo Ribeiro poderia ter detalhado mais ainda, falando sobre o grupo dos 11, de Brizola. É importante explicar como aquelas reações eram respondidas pela direção da empresa.

Como sempre morei do lado de lá do rio, em ACESITA, atravessava muito pouco a ponte, minha vida foi toda em ACESITA e pudemos ver a diferença imensa da direção da ACESITA, nomeada pelo Banco do Brasil, uma autarquia. A direção da USIMINAS dependia diretamente do Governo Estadual, junto com o capital japonês. A presença política na USIMINAS sempre foi muito mais forte, em ACESITA era mais um espírito técnico, tanto é que, quando estourou o golpe de 64, a reação de ACESITA foi muito diferente da USIMINAS, foram poucos os cassados, somente quatro ou cinco pessoas. Houve sensatez por parte da direção da ACESITA.

Quero aproveitar essa oportunidade para fazer um testemunho. Estamos aqui não só para relembrar o passado, mas com uma perspectiva do futuro, como foi muito bem lembrado por José Horta. É importante guardarmos essa data, porque pode nos prevenir para o Código do documento:

futuro. Sabemos muito bem como os dirigentes, os donos das máquinas, os representantes do capital sabem se infiltrar. Isso acontece em todo sistema, inclusive no processo religioso, deturpando aquilo que a igreja tinha de mais eficiente e evangélico. A Teologia da Libertação entrou na Igreja e transformou em terço da libertação, alienando o que há de mais sagrado. Assim, também, um movimento forte da década de 60, infiltrou-se no ideal daqueles jovens conhecidos como "hippies", que queriam uma transformação da sociedade, que eram levados por um ideal que foi deturpado. Os "hippies" se esvaziaram, a imprensa os transmitia como jovens e retiraram o que havia de mais importante naquele ideal. Amanhã celebraremos Che Guevara, que inspirava esses movimentos. Tenho medo de nos demormos nos números de quantos foram os mortos, de quantos serão indenizados. O capitalismo tem muita facilidade para distribuir verbas e tenho medo de que se esvazie esse acontecimento que falou tão forte na década de 60.

Achei admirável o Geraldo Ribeiro, que ouviu minha versão sobre o que presenciei e demorou muito a me contestar, tendo sido muito nobre.

Estava vindo de ACESITA para Fabriciano e, antes de chegar no trevo, vi um movimento diferente. Não sei dirigir, sempre ando com alguém, hoje é o Osvaldo e, naquele tempo, era o Sr. Deolindo, motorista da garagem, que trabalhou comigo mais de 10 anos. Vi um movimento diferente, pedi para parar o Jipe e disseram que houve um acontecimento terrível na usina. Disseram que havia muitos feridos no hospital. Quando cheguei ao hospital, estava presente o Pe. Antônio

Código do documento:

Rocha, que morava na Fazenda Nélio Viana, da Mitra. Estava unguindo e rezando e me disse: "aqui está sob controle. Vá à USIMINAS, pois lá "há um movimento terrível". Fomos à USIMINAS e, na entrada, onde estão os bretas, os operários estavam marretando um caminhão que voltava de Santa Mônica. O caminhão tinha ido levar bóia para os vigilantes que estavam encurralados pelos operários e, quando o caminhão voltou, os operários o seguraram, incendiaram e o estavam marretando. Quando vi aquilo, pensei: é melhor se distraírem com esse caminhão, para não colocarem fogo no resto. Voltei correndo para ACESITA e disse a Geraldo Ribeiro, Presidente do Sindicato: há um descontrole tremendo, você tem que ir lá". O Geraldo Ribeiro disse: "não adianta, eles não escutam, é difícil". Disse a ele: "é melhor que haja alguém mandando colocar fogo, do que cada um colocando fogo por conta própria. O descontrole é muito grande". Geraldo Ribeiro atendeu, arrumamos um som, que foi colocado na rural do sindicato, e o movimento começou a ter direção, porque o Geraldo Ribeiro sempre gozou de muita credibilidade na classe operária. Em pouco tempo, estavam vindo Magalhães Pinto, Geraldo Rincão, um Vereador de Belo Horizonte e outros, que foram para o bairro Castelo, juntamente com o Pe. Avelino, e começaram a fazer os entendimentos. Houve um detalhe importante e o Geraldo Ribeiro se lembrará: Havia muitos assassinatos aqui nas décadas de 50 e 60. Muitos eram atribuídos à Polícia do 6º Batalhão de Governador Valadares. Parece que lá havia pistoleiros infiltrados. Devemos aproveitar a ocasião para tentar mudar a Polícia Estadual.

O Geraldo Ribeiro levou a proposta e depois conversou comigo. Magalhães Pinto disse que isso era impossível agora, que tem de tomar medidas imediatas e não demorar com esse assunto. Imaginem outubro de 63! Se viesse uma parcela do Exército Federal, no governo João Goulart, talvez tivesse abortado o golpe de 64: mas a proposta foi esquecida. Acompanhamos o movimento do processo com esperança, mas com receio de sermos envolvidos e perdermos a esperança de construir um novo modelo de sociedade, no qual a classe trabalhadora tenha os mesmos direitos dos donos das máquinas.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Federal Ivo José, ex-metarlúgico de Ipatinga.

O Deputado Federal Ivo José - Saúdo a Comissão de Direitos Humanos, os Deputados da região do Vale do Aço, Durval Ângelo, Roberto Ramos, Cecília Ferramenta, Chico Simões, Roberto Carvalho, Aline Teixeira, representando o Presidente da Câmara e Márcia Martini, representando o Secretário João Leite.

É admirável ouvir o Ex-Presidente do Sindicato dos Metarlúgicos de Coronel Fabriciano, porque, à época, ainda não existiam os três municípios. É impressionante ouvir o Pe. Abdala, José Horta, Juca e os familiares. Esses registros são importantes, pois a história é muito rápida. As crianças de hoje não possuem a riqueza dos detalhes que presenciamos e o que é feito na região, por meio das pastorais, dos movimentos sindical e popular, dos partidos políticos, de modo especial o PT. Discute-se todos os anos, mas é importante haver instrumento, segmento organizado que conduza avanços.

Código do documento:

Em 31/3/2004 completar-se-á 40 anos da ditadura militar, o que é pouco para efeito de história, mas significativo para a vida das pessoas. Reconhecemos o mérito dos Deputados que fizeram o requerimento solicitando o debate. É importante fazermos uma homenagem e uma reflexão, apontando para encaminhamentos.

Registramos a história na Câmara dos Deputados, e entendemos que a região viveu momento especial antes do golpe militar. A cidade praticamente não existia. Tudo era em função da construção da USIMINAS.

Quando tinha 10 anos, fui dispensado da escola porque havia uma greve. A informação era truncada. Morava perto da Serraria Santa Helena. Quando passei com meus colegas na porta do Hospital Siderúrgica, vimos carros e ambulâncias chegando. Havia sangue escorrendo pelas carrocerias dos caminhões. As mães corriam desesperadas para a porta do hospital porque não sabiam o que estava acontecendo. Não havia meios de informação, ninguém sabia de nada. O medo prevaleceu, fazendo com que as pessoas fossem para casa ou para a porta do hospital.

Ouvir essas pessoas é de fundamental importância. Não queremos trazer aquele trágico episódio para os dias de hoje. É natural que tenhamos de contextualizar a situação. Foi um momento triste que não podemos apagar, porque temos pela frente a construção de um país soberano e democrático. A liberdade de expressão e de organização na luta pelos direitos deve prevalecer. Espero que isso nos sirva para apontar o caminho da liberdade de organização, de expressão e para fazer justiça com os que perderam a vida e com os

Código do documento:

familiares que sofreram. O dia 7 é importante para a história. Devemos unir forças para que avancemos na construção da soberania nacional. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. João Pereira da Silva, Diretor do Sindicato dos Motoristas, na época do massacre.

O Sr. João Pereira da Silva - Fui testemunha ocular dos fatos. Não gostaria de estar aqui lembrando coisas trágicas, mas belas. Emociono-me com isso, apesar de já haver passado 40 anos. Quem presenciou aquilo, não deseja ver mais nada.

Não tenho nada a acrescentar às palavras do Geraldo Ribeiro. O que ele disse foi a expressão da verdade, e assino embaixo. Estávamos ombro a ombro durante toda a tragédia. Ele, representando o Sindicato dos Metalúrgicos e eu, o dos Rodoviários. Tudo começou por ignorância da vigilância da USIMINAS, que quebrava o leite que o trabalhador estava levando para casa. Nada acrescento ou diminuo. O Sr. Geraldo Ribeiro só errou num ponto: o número de mortos foi o dobro do que ele disse. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Rossi.

O Sr. Rossi do Nascimento Filho - Peço desculpas ao Deputado Durval Ângelo pelo fato de o local ser fechado. Mesmo que seja uma audiência pública, tem de ser em espaço mais aberto. Não adianta anotar números.

Tenho grande satisfação em podermos contar com as presenças do Pe. Abdala e do Geraldo Ribeiro, que conhecem a história. Tenho 39 anos de Ipatinga, a mesma idade da cidade. Sr. Geraldo, dir-lhe-ei

uma coisa que nunca disse para ninguém do partido. Nasci em Timóteo por causa do Laércio, compadre e amigo do meu pai. Jamais soube a quantidade de pessoas que meu pai carregou no massacre porque ele nunca me disse. Carregava, juntamente com o Laércio, peixe para Três Marias. O Laércio trabalha na FAST(?), em Timóteo.

Pouco antes de meu pai morrer, perguntei-lhe quantas pessoas ele havia carregado no caminhão. Sua fidelidade com a USIMINAS era tamanha que não me respondeu. Tenho certeza de que o Laércio é peça-chave. Ele carregou pessoas e trabalhava na ambulância. Meu pai carregava peixe de Três Marias. O caminhão foi fechado. O cemitério idem, trazido num caminhão que transportava peixe de Três Marias.

Quem não se lembra do Moraes no bandejão e do Pe. Avelino, no Santa Mônica? O Carlindo Marques tinha de estar aqui. Não sei porque uma pessoa que transmitiu esse fato no livro não está presente.

Pe. Abdala, sinto forte emoção ao vê-lo. Perguntei ao Luiz Carlos quando o massacre terminaria. O massacre não foi só em 64, e o senhor sabe disso. Pessoas foram demitidas, torturadas, massacradas e não tínhamos condições de dar-lhes assistência. Aconteceu na época da chapa Ferramenta, dos Sindicatos dos Bancários e dos Comerciantes.

Morava na Candangolândia, mas nasci em Timóteo, em 20 de março, e, em 31, eles carregaram os caixões juntos. Estou emocionado. Quem não conhece a história, não a resumirá nesse monte de papel. Que leiam o livro do Carlindo e que procurem as escolas. O massacre foi no passado e no presente. Obrigado.
Código do documento:

O **Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Rossi Do Nascimento, filho de José Isabel do Nascimento, fotógrafo que morreu 10 dias depois de haver fotografado o episódio. Peço a atenção de todos. Em seguida, encaminharemos alguns requerimentos.

O **Sr. Rossi do Nascimento Filho** - Não desmerecendo os fotógrafos, a quem tenho muito respeito, gostaria de que V. Exa. não se referisse a meu pai como fotógrafo, mas como um trabalhador. Por hobby, tinha o hábito de andar com uma máquina fotográfica e registrou diversas fases da USIMINAS.

Quando vejo todos esses encartes sobre o massacre de Ipatinga, posso dizer que todas as imagens foram tiradas de uma revista que um menino de apenas 5 anos de idade guardou durante 40 anos. Todas essas histórias e detalhes foram guardados.

Assim como o senhor falou em acordo, posso lhe dizer que seria muito fácil descobrir as coisas. Tenho até alguns recortes de jornal da época, de 1963. Quando quis fazer uma reportagem sobre o massacre, a "Veja" me encontrou. Quando o jornal "O Tempo" quis publicar essas imagens, conseguiu me achar. O "Estado de Minas" me achou quando precisou, há pouco tempo. Quando precisaram fazer uma fita sobre a trajetória do sindicato do Vale do Aço, também me acharam. Recentemente o SINDIPA, quando quis fazer um relato, também me encontrou. É muito fácil descobrir as coisas, então.

Nunca quis utilizar-me disso. Quando a colega Sandra Starling foi candidata a Governadora, eu estava no palanque junto com ela. Divulguei isso, mas sempre achei que a coisa foi utilizada politicamente e me afastei. Posso dizer ao senhor que há uma carta na Código do documento:

Assembléia Legislativa em que a vítima sou eu, Rossi do Nascimento, e não meu pai. Diversos documentos foram elaborados. Quando o Carlinhos fez o livro, achou a mim e ao meu irmão e publicou até uma foto do meu pai.

José Isabel do Nascimento era um trabalhador que, naquele dia, saindo de Fabriciano para trabalhar, chegou à porta da usina - e tinha o hábito de carregar máquina fotográfica - e começou a fotografar. Foi atingido, e conseguiu revelar mais filme. E esse filme não foi vendido pela viúva, como foi dito aqui, em nome da memória da minha mãe. E meu pai continuou andando no hospital. O Vila Nova, um dos atingidos que sobreviveu e que sempre tem participado comigo de alguns relatos, sabe disso. O meu pai, ele mesmo entregou esse filme e foi publicado.

A última vez que a reportagem do "Estado de Minas" esteve na minha casa, mostrei-lhes a fotografia e o fotógrafo que havia tirado a foto do meu pai, e falaram que ele estava trabalhando até hoje. E foram procurá-lo. É muito fácil contar essa história, talvez não seja fácil contar os mortos porque as pessoas que poderiam depor - e o senhor está cansado de ouvir esses depoimentos - a respeito dos cassetetes quebrados em grades, dos tiros para cima, dos tiros para baixo... Isso é brincadeira. Quando lemos o relatório do inquérito policial feito para julgar os policiais, em que a prova material foi negativa em relação à balística, vemos que é um absurdo.

Perguntam-me por que não falo mais sobre o assunto, e digo que não quero mais falar. Não viria hoje aqui, vim simplesmente para tirar algumas fotografias e para filmar, para que a história não
Código do documento:

morra. Tenho contribuído nessa parte, no trabalho de revistas, mesmo com a precariedade de informações.

Não venho aqui atrás de indenização porque ela jamais compensará o que eu e minha mãe passamos. Ela conseguiu criar cinco filhos. Quando meu pai morreu, em 17 de outubro, tinha apenas 32 anos e quatro filhos e estava grávida de 7 meses. Minha irmã está presente, não chegou a conhecer o pai. São coisas fáceis de descobrir, basta procurar.

Pergunto sobre o medo que as pessoas tiveram. Se documentos de uma CPI da Assembléia Legislativa sumiram, que segurança as pessoas teriam? Se meu pai tivesse sobrevivido... Às vezes me dizem que ele não morreu em razão do tiro, mas que foi morto. Não posso dizer isso de forma alguma, tinha apenas 5 anos. Só posso dizer que, se não tivesse morrido pelo tiro, em março de 1964 estaria morto porque não seria exilado. Não era intelectual, não era professor. Simplesmente por tirar fotografia, por ser talvez aquela pessoa que pudesse dizer quantos morreram... E ele estava fotografando. Não existe nada melhor que uma fotografia para relembrar os fatos. Tenho, sim, fotografias do início das atividades da USIMINAS, a região ainda tinha eucaliptos - e de meu pai trabalhando como mestre de montagem. Tenho guardado isso para mim.

Assim como esses documentos, muitas coisas sumiram. Mas os meus, não. Apesar de morar numa casa precária, com goteira, cupim e outros problemas, consegui preservar uma revista por 40 anos. E hoje ela é divulgada, foi muito reproduzida, escaneada, digitalizada. Tenho tudo isso em CDs, atualmente.
Código do documento:

Esse trabalho deve ser feito e é fácil resgatar tudo isso, principalmente em relação aos que morreram. Existem os policiais, os sobreviventes. Não vou dizer para procurarem Desembargador, Juiz ou aquele que fez o relatório, o exame de corpo de delito, esses não. Como advogado, dá vontade de rir, às vezes, porque tenho as peças. V. Exa., que está acostumada a percorrer Minas Gerais na luta pelos direitos humanos, sabe das dificuldades. Imagine isso sendo documentado por pessoas que já pensavam na Revolução de 1964. Se querem saber, a abertura do inquérito é uma determinação do Sr. José Maria de Magalhães Pinto, então Governador de Minas Gerais, e todos conhecem a sua ligação com a Revolução.

Faltou vontade política, sim, porque a USIMINAS era estatal. E quantos Presidentes eram ligados à política? Houve até ex-Ministro, ex-Governador, mas não quiseram fazer isso. Porém, repito, seria fácil descobrir tudo. Resido em Fabriciano há mais de 40 anos, minha mãe mora no mesmo lugar. Toda vez que houve necessidade, foi localizada. Só quem sofre a perda de um ente próximo conhece bem esse sentimento, por não ter tido o prazer da convivência com o pai. Tenho um filho de 13 anos, costumo brincar com ele dizendo que já usufruiu bem mais da minha presença que eu em relação a meu pai. Hoje, aos 45 anos, costumo brincar mais ainda, que sou bem mais velho que meu pai.

Essa fotografia que mostra um soldado com a metralhadora é de José Isabel do Nascimento, meu pai. É a única foto desse tipo, mas há outras. Ele havia tirado um filme, já estava no segundo quando foi atingido. E esse filme foi repassado. Tenho um recorte de jornal, mas está muito ruim, não há nitidez. Mas acredito que não vão achar os Códigos do documento:

jornais da época, porque todos os que publicaram isso foram bombardeados. Os jornalistas foram mortos, todos sabem disso.

Não queria falar, mas sinto que vocês querem fazer um trabalho sério. Coloco o material que possuo à disposição, não o carrego, porque, se o fizesse, talvez não estaria guardado até hoje. Digo a vocês que essa história deve ser resguardada, e é fácil fazê-lo, basta querer. Muitas pessoas se calaram, em razão dos interesses de cada um.

Brinco com o meu filho que ele teve pai mais que eu, que sou mais velho que meu velho pai. Em 6/10/2002, no dia da eleição, minha intenção era sair com uma camisa com os dizeres: "Dia 7/10/63 morre um metalúrgico", dia 6/10/2002 é eleito um metalúrgico para a Presidência do Brasil". Não quero traçar paralelo entre a vida de Lula e a de meu pai, mas a história de greve começou aí. Nem posso falar que foi uma greve, porque ele não foi fazer piquete para reivindicar qualquer direito ou dever. Simplesmente, a entrada foi proibida, e estavam lá soldados, metralhadoras e fuzis. Existem fotos das caixas de balas. É um absurdo. Ainda falam dos tiros pela nuca, na cabeça, que o tiro foi pra baixo, pra cima.

Acredito que o Dr. Geraldo Ribeiro, o Dr. Abdala e pessoas que viveram essa época poderiam contribuir. Não posso falar muito do dia porque não estava presente. O abuso é tanto que posso contar para vocês como foi a notícia de que meu pai havia sido atingido. Eu e meu irmão estávamos andando, passando por uma ponte...

O **Sr. Presidente** - Queria pedir a atenção de todos porque estamos tendo uma reunião histórica. As pessoas não estão apenas fazendo relatos, mas falando de suas vidas.

O **Sr. Rossi do Nascimento Filho** - Eu e meu irmão estávamos passando por uma ponte. Era dia 7 e provavelmente estávamos indo buscar a compra do mês, que nossa mãe tinha feito. Parou um jipe da USIMINAS e perguntaram-nos se sabíamos onde morava José Isabel do Nascimento. Respondemos que era nosso pai e disseram para avisar a nossa mãe que ele levara um tiro no pé. Já estava aquela confusão, todos correndo, como disse o Deputado Ivo José. Apesar de ter apenas 5 anos, me lembro dessa correria. As lembranças são poucas, mas esta é uma delas. O vizinho também fora atingido, trabalhava na USIMINAS.

O abuso foi grande, então. Ontem, assistindo à TV Leste, vi que procuraram falar com alguém da USIMINAS, que simplesmente respondeu que isso aconteceu do lado de fora da empresa. Isso chega a ser brincadeira. Não vamos dizer que a atual direção da USIMINAS tenha de responder por isso, mas tem de reconhecer seu erro histórico, para que novos erros não aconteçam. Todos sabem que qualquer trabalhador, quando vai para o trabalho, já está à disposição da empresa no trajeto e, se houver qualquer coisa... Imaginem em frente à portaria! Naquela época - como disse o Abdala -, eu, pequeno, quantas vezes disse que ia à USIMINAS, não falávamos Ipatinga. A USIMINAS mandava, desmandava, mandava prender e soltar. Mandou soltar os 300 presos que foram para Santa Mônica no dia seguinte. E mandaria os policiais saírem tranqüilamente. Realmente, foi a força contra os pequenos.
Código do documento:

Acredito que não seja esse o número de mortos. Não poderia dizer, mas, pelo material bélico, pela forma com que foi utilizado e sabendo que, àquela época, existiam diversas pessoas que não residiam nessa região... Uma das poucas pessoas que foram atingidas e mortas e que ainda são lembradas na região é o meu pai, porque nunca nos mudamos dali. E meu pai veio a falecer dez dias depois. No dia seguinte já havia fotografia dele na revista "O Cruzeiro", no "Diário da Tarde". Era impossível sumir. Mas os solteiros, que vieram de Vitória e de outras partes do País...

Costumo brincar que nasci na cidade do aço e vim parar no Vale do Aço, porque quase todas as pessoas que trabalharam de alguma forma na CSN vieram parar no Vale do Aço, para construir a USIMINAS. E, infelizmente, foram massacradas nesse dia 7 de outubro. É muito fácil resgatar essa parte da história.

O Sr. Presidente - Gostaríamos de ter essa sua documentação, posteriormente. O seu depoimento é algo muito vivo desse episódio. Muito obrigado.

O Sr. Rossi do Nascimento Filho - Aliás, na revista da história de Ipatinga, há essas fotografias e está escrito "Acervo de Rossi do Nascimento". É muito fácil procurar as coisas e, até hoje não quis resgatar essa história. Perdi um pai aos 5 anos de idade, tinha mais quatro irmãos e era difícil o nosso sustento e a possibilidade de fazermos uma faculdade. Depois de ter passado por tudo isso, se eu for buscar mais questionamentos, sofrerei por duas vezes, mas não deixaria de vir até aqui e ouvir um pouquinho mais sobre essa história.
Código do documento:

O **Sr. Presidente** - Muito obrigado, Rossi. Com a palavra, o Deputado Roberto Carvalho, para apresentar requerimentos.

O **Deputado Roberto Carvalho** - Sr. Presidente, tenho três requerimentos assinados por todos os membros da Comissão. O primeiro solicita que seja elaborado um projeto de lei, de autoria desta Comissão, que disponha sobre a concessão pelo Estado de pensão vitalícia às famílias dos trabalhadores assassinados por policiais militares, em 7/10/1963, em Ipatinga, bem como aos trabalhadores sobreviventes a esse mesmo massacre que tenham sofrido lesões que lhes causaram seqüelas permanentes.

O segundo requerimento solicita que sejam requisitadas aos cartórios de registros civis de Ipatinga, de Coronel Fabriciano, de Timóteo e dos demais municípios situados no Vale do Aço cópias das certidões de óbito emitidas de 7/10/1963 a 7/12/1963.

Outro requerimento solicita que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes envie cópia do acordo firmado entre a Direção da USIMINAS, o Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano e representantes do Governo do Estado, com a presença do então Secretário Estadual do Trabalho, sobre as providencias a serem tomadas pela referida empresa e pelo Estado, com vistas à reparação dos danos causados pelo conhecido Massacre de Ipatinga, ocorrido em 7/10/1963.

No último requerimento, solicitamos que seja convidado o Sr. Rinaldo Campos Soares, Presidente da USIMINAS, para comparecer a reunião desta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o posicionamento dessa empresa no que diz respeito ao conhecido Código do documento:

massacre ocorrido em 7/10/1963, em Ipatinga, e sobre o porquê de a USIMINAS não ter cumprido o acordo firmado com o Sindicato à época.

O Sr. - (- Fala fora do microfone.)

O Sr. **Presidente** - Seria importante. Depois pegaremos toda essas documentação, Rossi, porque...

O Sr. - (- Fala fora do microfone.)

O Sr. **Presidente** - Foi tirada pelo seu pai?

O Sr. **Rossi do Nascimento Filho** - Não. Este é meu pai.

O Sr. **Presidente** - Nessa ele ainda não havia falecido?

O Sr. **Rossi do Nascimento Filho** - Não. Essa é uma reportagem do "Cruzeiro", de 2/11/1963.

O Sr. **Presidente** - As fotos são preciosas, e agradecemos muito. Em votação, os requerimentos. Os Deputados que os aprovam, cada um por sua vez, permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovados. Os requerimentos aprovados manterão vivo esse debate. É uma postura da Comissão de Direitos Humanos fazer com que os assuntos não caiam no esquecimento ou que sejam tratados pela Comissão só no momento do fervor dos fatos. Tanto é assim que, neste ano, estamos acompanhando a questão das 43 mulheres desaparecidas em Belo Horizonte desde o dia 8/3. Estamos fazendo uma reunião mensal com o Dr. Otto, e com a Delegada Cristina Celi(?) para discutirmos essa questão, e já avançamos no esclarecimento de muitos casos.

Estamos acompanhando a questão dos sem-terra e a questão agrária. A Comissão, sistematicamente, acompanha todos esses fatos. Daremos conhecimento à sociedade de Ipatinga de todos os

desdobramentos desses requerimentos. Quando da oitiva do Presidente da USIMINAS, chamaremos todos vocês que puderem se deslocar até Belo Horizonte para assistirem a esse depoimento. É fundamental que tenhamos a posse desse acordo, porque ele é um documento de fé pública. Verificaremos os registros do Prof. Edgar da Mata Machado. A ata desse acordo é fundamental para retomarmos o veio da história. O requerimento do Deputado Roberto Carvalho sobre as certidões de óbito é decisivo para levantarmos os dados dos mortos naquele período. Assim, verificaremos as suas profissões, se eram metalúrgicos ou terceirizados; e, com disse o médico legista, a "causa mortis". Antes de passar a palavra a todos os membros da Mesa, para suas considerações finais, ouviremos a Sra. Cláudia Brau, Diretora do Centro de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão das Minorias do Vale do Aço e Presidente da ONG AGLBTS-Vale do Aço.

O Sr. - (- Fala fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Sr. Geraldo Ribeiro, faremos um acordo com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal.

O Sr. - (- Fala fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Levantaremos alguns dados - aliás, há um requerimento aprovado na Assembléia para que a Prefeitura disponibilizasse a sua área social para cadastro e levantamento de vítimas, em todos os aspectos. Por exemplo, quem tomou um tiro, quem foi medicado etc. Entraremos em contato com o Prefeito Chico Ferramenta, para verificarmos como efetivar isso. Faremos isso

também com a Câmara Municipal de Ipatinga e com a Comissão de Direitos Humanos. Com a palavra, a Sra. Cláudia Brau.

A Sra. Cláudia Brau - Boa tarde. Gostaria de lembrá-lo, Deputado, que sempre tive respeito pelo senhor, desde Virgíópolis, quando eu e Pe. Pedro lutávamos pelos direitos humanos. Sinto falta da presença do companheiro Nilmário Miranda e do Prefeito Chico Ferramenta. Estou aqui como Presidente da AGLBTS, uma ONG de Direitos Humanos Homossexuais que representa 12% da população da cidade de Ipatinga, e como Diretora do Centro de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos e Inclusão das Minorias.

O Sr. Presidente - Pediria às pessoas que ouvissem a Cláudia com a mesma atenção em que ela ouviu todos. Deixo bem claro que as entidades de defesa dos homossexuais e das prostitutas de Belo Horizonte têm uma grande e séria parceria com esta Comissão. Desbaratamos a maior quadrilha de policiais, em Belo Horizonte. Foram presos 15 policiais, graças aos grupos de homossexuais e prostitutas que atuam em Belo Horizonte. Essa foi a maior prisão de policiais envolvidos com o crime ocorrida no Brasil, para vocês terem uma idéia. Temos uma grande parceria com essas entidades.

A Sra. Cláudia Braun - Obrigada, Deputado. Estou falando também em nome da Federação Mineira de Homossexuais e da Federação Brasileira, de cujo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos Homossexuais sou Presidente. Agradeço a presença da Comissão de Direitos Humanos e a Diretora de Promoção dos Direitos Humanos do Estado, que conhece o nosso trabalho. Estou aqui como porta-voz das

minorias e dos oprimidos e massacrados da cidade de Ipatinga, onde somos, Sr. Presidente, violados nos nossos direitos constitucionais. Há uma retaliação da administração petista à minha pessoa que luta pelo direito de cidadania de todos e não só dos homossexuais, o que gerou uma grande popularidade e respeito à ONG AGLBTS. Hoje ela é uma das ONGs mais respeitadas, não só na cidade como em toda a região. Há, como disse, uma violação irrestrita do PT local. Tenho muito respeito pelos diretórios estadual e nacional. Aliás, o Ministro Márcio Tomas Bastos está nos acolhendo, e também o Nilmário Miranda, haja vista que um dos fatores mais desrespeitosos da administração para com o cidadão é que, até hoje, não foi criado na cidade de Ipatinga o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos. Isso está ocorrendo por problema políticos, porque o Prefeito sabe que ele será um dos mais respeitados na sociedade civil.

Registro também que a nossa companheira de direitos humanos, a Irmã Paula, que o senhor conhece, foi expulsa a pontapés da cidade por causa da administração do PT. Comuniquei ao Presidente do Partido a nossa indignação quanto ao PT, e a resposta do diretório municipal foi que responderia por isso na justiça. Isso não condiz com a ética do PT, e o senhor sabe que fui uma das idealizadoras do PT em 1987, no centro e no nordeste de Minas.

Peço à Comissão de Direitos Humanos que atue contra a administração do PT em Ipatinga, que está violando a cidadania de cada ser, com aumentos abusivos, desrespeito à saúde e à educação, o que não condiz com o que o senhor e o Presidente Lula declaram todos os dias. O Presidente diz bem claro que cidadania, respeito e

Código do documento:

dignidade são prioridades. Não temos em Ipatinga respeito nem dignidade por parte do Prefeito e da administração do PT. (- Palmas.) como defensora dos direitos humanos, ativista tão reconhecida como o senhor, estou pedindo a esta Comissão que cobre da administração municipal respeito, dignidade e cidadania para todos, o que não temos por parte da Prefeitura. Estou sendo retalhada, e faço manifestações como essa com o apoio de evangélicos, católicos e sindicatos porque o dinheiro público não serve para os direitos humanos. Não há um centavo para se promoverem os direitos humanos, e a prova está aqui. Vou ao Secretário de Direitos Humanos pedir ajuda e apelarei ao Governo Federal, para que tomem providências porque é vexaminoso uma Prefeitura petista negar o direito de cidadania ao seu povo.

Respeito o senhor e assino em branco, porque conheço seu trabalho, e o senhor sabe quem sou. Não posso generalizar com relação ao Partido dos Trabalhadores, mas sim quanto ao Presidente do PT e ao Prefeito Municipal, por irresponsabilidades com o social e com o povo de Ipatinga. Espero providências dos senhores e enviarei à Anistia Internacional e à Organização das Nações Unidas, onde tenho credibilidade, junto com Dom Serafim Fernandes, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, uma carta pedindo que tirem Ipatinga do sexto lugar em que se encontra na lista dos melhores lugares para se viver no mundo, porque isso não condiz com a verdade. Os direitos humanos não existem aqui.

Diante de todos, peço, então, que esta Comissão registre isso, e cobrarei do Presidente da Câmara, em Belo Horizonte que fique

registrado nesta audiência pública o pedido de providências.
Obrigada.

O Sr. Presidente - Esta Comissão degravará a sua fala e irá encaminhá-la ao Prefeito Municipal, solicitando esclarecimentos.

A Sra. Cláudia Braun - Deputado, quero relatar um incidente nítido de violação de direitos humanos ocorrido. No 14º CONPOR(?), fui pedir dinheiro para a obra humana, que é a maior das que precisam ser construídas em Ipatinga. O Secretário de Planejamento disse que eu falava palavra bonitas. Deixo para ele uma frase: "Não dizia palavras bonitas, falava, Sr. Secretário, a voz do povo sofredor e oprimido da cidade, não dizia palavra bonitas". (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Encaminharemos ao Prefeito a questão da Cláudia.

Temos uma reunião extraordinária na Assembléia à noite, com alguns vetos e projetos importantes na pauta, como a discussão do projeto de taxas do Governador. Vou passar a palavra, por um minuto, para que os convidados possam fazer a sua despedida. As denúncias da Cláudia foram encaminhadas ao Prefeito Municipal.

O Sr. Édson - Sou sindicalista e quero dizer que entre as pessoas citadas aqui, que foram mortas há 40 anos, aquela criança que estava nos braços é minha cunhada. As pessoas, às vezes, acham que a família está sumida. O Prefeito de Fabriciano me conhece, sou eleitor lá e contribuiríamos para ajudar a Comissão. A minha esposa não quer, acha que a TV Leste e as autoridades só se lembram do caso

nesta data. A minha sogra passou momentos desagradáveis, teve que ir para um manicômio. A família sofreu demais. Peço à Comissão, em nome da minha família, que faça justiça. Não queremos dinheiro, queremos que haja justiça. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Édson, o que estamos querendo é isso.

Com a palavra, por um minuto, Márcia Maria de Paiva Borges.

A Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini - Um aspecto prático seria a formação de uma comissão dos familiares das vítimas para entrar em contato com o CONED. Vou discordar do Rossi, que falou que não está interessado na parte financeira. Acho que a reparação financeira tem que vir, não para cobrir a dor da família. Um caráter é punitivo, e o outro é pedagógico. É interessante o ressarcimento financeiro para que isso não se repita. As pessoas estão em más condições financeiras porque perderam quem sustentava a família. E um outro aspecto importante da formação dessa comissão é o resgate histórico. É a mesma coisa que está acontecendo com a comissão de indenização às vítimas de tortura. Temos um material fabuloso que faz o resgate da história. É isso que devemos à futura geração.

O Sr. Presidente - Com a palavra, por um minuto, o Deputado Roberto Carvalho.

O Deputado Roberto Carvalho - A USIMINAS não passará borracha na história de Ipatinga e a justiça será feita.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Roberto Ramos, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

O **Deputado Roberto Ramos** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Assembléia, da Câmara Municipal, quero cumprimentar especialmente o Pr. Antônio Carlos, grande líder religioso e político desta Cidade, demais colegas da Igreja Quadrangular. Quero dizer a vocês que ao ouvir os depoimentos de algo tão horrível na idade moderna, me senti emocionado. Vocês podem contar com mais um aliado na luta pela justiça em favor dessa gente. Não tenho mais condições de ouvir depoimentos emocionados. Confesso que chorei. Não é fácil ouvir que as pessoas esperam alguma coisa há 40 anos e nada de concreto aparece. Podem contar com os Deputados, com os Vereadores e com esta Cidade.

O **Sr. Presidente** - Com a palavra, por um minuto, o Deputado Chico Simões.

O **Deputado Chico Simões** - Tenho certeza de que para todos este foi um dia muito importante nas nossas vidas. Recordar o passado nos faz ficar mais preparados para não errar outras vezes. Ficamos sabendo de coisas que não aparecerem na imprensa. Existem responsáveis pelo massacre dos trabalhadores que são a União, o Estado e a USIMINAS. A União, porque é uma empresa federal, o Estado porque é responsável pela polícia e a USIMINAS pelo relato do Presidente do Sindicato. Ficou muito claro que estavam presentes o Diretor da USIMINAS e o Chefe do Pelotão de Polícia, que foram cúmplices no massacre aos trabalhadores. Teremos que cobrar de cada entidade a sua responsabilidade de ressarcir materialmente e cobrar um tratamento digno para todos os trabalhadores. Mas alguma coisa

mudou. Com o final da ditadura já começamos uma democracia com mais desenvoltura, haja vista esta reunião. A Assembléia Legislativa está aqui para fazer um levantamento de algo que, há alguns anos, era inviável. Outras coisas também mudaram. O Governo Federal está tentando usar o amparo da lei federal de 1995 para ressarcir os trabalhadores. Mas algo muito importante não mudou: o desrespeito do capital pelo trabalho. Se, há 40 anos, quem tem o capital matou os trabalhadores, esse alguém deveria estar aqui agora para se redimir. Não tem aqui nenhum representante da USIMINAS. Elegemos o Lula, mas a luta continua.

O Sr. Presidente - Com a palavra, por um minuto, a Deputada Cecília Ferramenta.

A Deputada Cecília Ferramenta - Agradeço a presença de todos que enriqueceram o debate. Depois de 40 anos, houve muitas tentativas de resgate, em vão. Entretanto, tenho certeza de que a Comissão de Direitos Humanos, com seriedade, fará um trabalho em conjunto para resgatar uma memória. Há 40 anos, nada se podia reivindicar; ao posicionarmos-nos, éramos metralhados. Já que os direitos não são reconhecidos, pelo menos que tenhamos o direito de falar.

Vivemos em regime democrático. Quando começamos o trabalho da Chapa Ferramenta, em 1985, objetivávamos reparar as injustiças. É preciso reivindicar e nos posicionar. Acredito que o Sr. Chico Ferramenta, Prefeito de Ipatinga, irá ajudar.

A Sra. Cláudia Braun - (- Fala fora do microfone.)

O Sr. Presidente - Solicito que não interrompam.

A Deputada Cecília Ferramenta - Como vivemos um momento democrático, além de você, outros serão ouvidos. Estamos à disposição.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Federal Ivo José.

O Deputado Federal Ivo José - É importante haver debates, principalmente em se tratando de direitos humanos e de reparação de injustiças. Agradeço o convite da Câmara de Vereadores de Ipatinga e da Assembléia. A oportunidade de debates estende-se ao espaço que representamos. Os representantes do PT e do gabinete atenderão à Cláudia, quem não conhecíamos. O debate está assegurado. Como o Prefeito Chico Ferramenta, asseguraremos o direito a suas reivindicações. Parabéns a esta Comissão e a todos que contribuíram para o dia 7/10/2003 ficar na história.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Lene Teixeira, representando a Câmara Municipal de Ipatinga.

A Vereadora Lene Teixeira - Nunca houve, aqui, neste horário, presença tão marcante, sinal de que o resgate é importante para os moradores de Ipatinga. A nossa história não se separa da de Coronel Fabriciano, porque os depoimentos retratam grande parte do massacre desses companheiros.

A Sra. - Quero agradecer a todos e colocar-me à disposição da Comissão de Direitos Humanos, para auxiliar no que for necessário.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos
07/10/2003 - 15 horas Pág.: 58

Ressalto que tivemos também uma aula sobre o papel do Legislativo.
Parabenizo o povo de Ipatinga e todos que estiveram presentes.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Presidência da Câmara, à Mesa Diretora da Câmara e aos Vereadores que nos cederam este espaço e que, sobretudo, deram-nos a garantia de que teremos uma parceria proveitosa com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para continuarmos a debater e a encaminhar essa questão.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos convidados e dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, amanhã, às 9 horas, na Assembléia, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. Muito obrigado.